

DOIS POEMAS DE PEDRO DE ALCÂNTARA (DOM PEDRO II)

Éverton Barbosa Correia
evertonbcorreia@gmail.com

Se a figura do imperador Dom Pedro II nos chega sob o aparato de suas composições líricas, é porque Medeiros e Albuquerque se empenhou em coligir opúsculos e dispersos, que, apócrifos ou não, apontam para o perfil do monarca que delineou o que nos ficou como traços brasílicos do Oitocentos. Para não entrar em polêmicas talvez anacrônicas, talvez ociosas, nos deteremos exclusivamente em poemas que, sem dúvida, são de autoria de Pedro de Alcântara. Não sem antes fazer alguma incursão sobre o prefácio que os apresenta e lhes confere relevo, ainda que sob muitas ressalvas. O fato é que o hipotético valor a ser atribuído àqueles poemas só se torna possível, porque houve um organizador a lhes imputar alguma importância, mesmo que tenha sido a de servir de aparato para detratar a imagem do monarca destituído do trono. Senão, vejamos o perfil de poeta ali apresentado.

Ora, admite-se perfeitamente que um poeta medíocre tenha uma grande inspiração e faça subitamente uma composição de valor.[...] Mas no caso do imperador, a hipótese é outra. Ele sempre foi (podem vê-lo) integralmente péssimo: deficiência de ideias, imperfeição de técnica. Uma ideia boa, uma ideia sublime, pode brotar de repente. O que, porém, não se improvisa é uma técnica. Só a prática permite adquiri-la. É assim em qualquer arte, desde a sapataria até a poesia. (ALBUQUERQUE, 1932, pp. 6-7)

A força do argumento espanta porque tem o único propósito de atestar a impossibilidade de o imperador ter sido autor de alguns versos que lhe foram imputados. Não fosse isso, a virulência do ataque seria ainda mais mordente e ferino, como se vê.

Toda a vida de versos ruins, até os 64 anos, em que não produziu nada a que se possa, mesmo com grande benevolência, chamar, ao menos, sofrível! O que não é péssimo é ultrapéssimo! Nos sonetos autênticos do imperador não há um só em que não se encontrem ou versos errados, ou versos frouxos: uma indigência miserável de forma e de fundo. (ALBUQUERQUE, 1932, pp.8)

A partir daí, o organizador do volume e autor do prefácio desata um cordão de argumentos sólidos e ácidos para desfigurar não mais o poeta, e sim o homem público que governou o país. O resultado é um retrato pífio e impiedoso, a ponto de não reconhecer o mecenato imperial nem as instituições que caminhavam à sua sombra, a exemplo do IHGB e do próprio Colégio Dom Pedro II, que, a despeito da promoção imperial, não deixaram de prestar serviço à formação de quadros para a nação. Aliás, seguindo o argumento, a única virtude do imperador seria a de agir em função das intrigas que chegavam ao palácio através de cartas anônimas. Para falar com outras palavras:

Sempre, todos os que estudam as grandes questões nacionais do seu tempo, reconhecem que ele não as soube encarar devidamente. Mas, em compensação, podia dizer com segurança se um obscuro amanuense de uma repartição de ínfima classe em Mato Grosso ou Goiás tinha ou não tinha amante! As cartas anônimas informavam! Nessa vida mesquinha de velha alcoviteira se passou o seu tempo. [...] viajou, foi à Europa, foi aos Estados Unidos, mas não foi... ao Brasil. No fim de seu longo reinado, não tivera a curiosidade de conhecer grande parte de seu império. (ALBUQUERQUE, 1932, p. 17-18)

Aqui o argumento é impreciso, pois consta que o imperador fez algumas viagens, fixadas em registro poético como o de João Cabral de Melo Neto, que gravou o poema “O Engenho Moreno”, onde narra a visita do monarca a um tio-bisavô seu, o barão de Moreno¹. Visita feita talvez a contragosto, talvez por interesses escusos, mas o fato é que visitou vários rincões do país e não só o engenho daquele Souza-Leão, mas também o de vários outros, nem tão ricos, nem tão célebres. Diante disso, fica evidente

¹ O poema citado foi publicado inicialmente no livro *A escola das facas* (1980)

que o critério do prefaciador da poesia do monarca não se guiou pelo cotejo da realidade com a fábula que aureolava o imperador do Brasil. E muitas eram as fábulas que o rodeavam, tal como a que encerra o prefácio e se segue.

O secretário indiscreto de Anatole France contou que quando este passou pelo Brasil, admirou-se de que por toda parte lhe falassem de Dom Pedro II com uma veneração extrema, gabando-o como sábio, como artista, como administrador e como homem. E em certa ocasião o escritor francês não pôde deixar de perguntar por que, se ele era tudo isso, o tinham deposto. Pergunta perfeitamente lógica. Mas, deveras, o que se sabe é que ele não tinha nenhuma daquelas qualidades. E foi exatamente por isso, que se viu justamente deposto. Os adutores excessivos de sua memória esquecem-se de que, para exaltá-lo, precisam deprimir o Brasil. (ALBUQUERQUE, 1932, p. 20)

Ora, por mais verossímil que seja o enredo, consta o fato de que, após a deposição da coroa, não restaram tantos adutores assim, até porque o adutor da véspera seria o detrator do dia seguinte, como bem alertou Joaquim Nabuco em opúsculo, que abordaremos adiante, intitulado “O erro do imperador”. Joaquim Nabuco que, apesar das rugas com a coroa, nunca deixou de ser monarquista – mesmo quando veio a servir à República -, e se viu sob ameaças logo após o golpe republicano de 1889, tal como informam os seus *Diários* (NABUCO, 2006, p.329). Então, os erros do imperador – e ele deve ter cometido muitos – não devem ser depurados de qualidades que ele não tivesse, e sim porque o sabor e o calor das circunstâncias nem sempre são animadores quando estão abaixo da Linha do Equador.

Mas o que chama mesmo a atenção do prefácio é o tamanho do esforço, cuidado e dedicação para degradar a figura de um governante que, além de falecido, representava uma forma de governo não mais possível nos idos de 1930, quando o volume foi publicado. Àquelas alturas, a monarquia já não assustava nem empolgava ninguém, a tal ponto que a Academia Brasileira de Letras, que estava recheada de monarquistas quando de sua fundação – a exemplo de Machado de Assis e de Joaquim Nabuco – já não dispunha de nenhum de seus partidários. Daí Medeiros e Albuquerque, que, afora o aparato da ABL, era militante republicano de longas e velhas datas, ter se visto completamente à vontade para denegrir a imagem do imperador, sem nenhuma reserva ou censura.

Interessa, por isso, o procedimento adotado: tomar a produção lírica circunstancialmente publicada no âmbito da família real para desqualificar

o rei como poeta. Sendo, pois, o poeta medíocre, suspeito e charlatão, seria também o seu autor, não só como pessoa, mas como uma atribuição inerente a todas as funções que aquele sujeito viesse exercer socialmente, o que seria uma extensão mais ou menos obtusa daquilo que seus versos já anunciam. A hipótese é bastante sedutora e, por isso mesmo, instigante, pois, havendo uma essencialidade na poesia e tal essencialidade sendo extensiva a outros domínios do ser, o sujeito timbrado liricamente poderia servir de parâmetro para todas as outras atuações daquele ente como uma característica intrínseca ao seu modo de ser.

A lírica, assim, adquiriria uma função por demais reveladora de seu sujeito singular, mas sem a contraparte necessária da contaminação daquela subjetividade em outras. Neste sentido, a essencialidade do sujeito singular se esvaziaria enquanto expressão social, para se vincar exclusivamente no plano de cada um dos indivíduos, entre os quais o imperador seria uma prova cabal. Sendo republicano e acadêmico, não nos esqueçamos que Medeiros e Albuquerque foi formado sob os auspícios do positivismo. E o sujeito poético, segundo essa perspectiva, deve servir positivamente à iluminação do sujeito real, histórico e social. Apesar de fascinante, a hipótese pode não se adequar ao imperador, cuja produção não é regular e nem sistemática. Ademais, ele nunca se pretendeu poeta de ofício, senão nos seus vagares e lazeres de homem culto, a considerar a cultura de seu tempo, de seu reino e de sua família.

A figura do imperador extraída desses versos por Medeiros e Albuquerque visa referendar outras práticas daquele homem e, por conseguinte, representa-lo a partir de sua expressão subjetiva. Tomemos, pois, aquela expressão circunstanciada historicamente para aferirmos o grau de representatividade social que ela pode adquirir como marca de um tempo e de um espaço, quando confrontadas com outras modalidades textuais daquele mesmo Pedro de Alcântara – a exemplo de diário e cartas – e da leitura de outros de seus intérpretes, menos interessados em detrata-lo do que em compreendê-lo, tais como Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre. Começemos o exercício de leitura pela apreciação de dois sonetos cuja autoria indubitavelmente é de Pedro de Alcântara, conforme Medeiros e Albuquerque. Seguindo a cronologia, abordaremos o soneto datado de 04-07-1887, com o título de “A ideia consoladora” e, depois, o outro “A meus netinhos, impressores de meus versos”, datado de 18-11-1888.

A ideia consoladora

Vendo as ondas correr para o Ocidente,
Corre mais do que elas a saudade,
Mas espero que a minha enfermidade
O mesmo me consinta brevemente.

Com saúde mais lustre dar à mente
É cousa que enobrece a humanidade;
Contudo agora o paga a amizade
Da pátria, e da família, cruelmente;

Mas consola-me a ideia que mais forte
Lhes voltarei para melhor amá-los;
Pois mais anos assim até a morte

Eu mostrarei que sempre quis liga-los
Na feliz, e também na infeliz sorte
Para, amando-os, ainda consolá-los. (ALCÂNTARA, 1932, p. 28)

Tendo sido escrito a bordo do barco Gironde, segundo indicação do pós-escrito, a imagem trânsfuga do primeiro dístico em que as ondas correm numa velocidade menor do que a saudade fica justificada. O que não está devidamente assentado é a rima de “saudade” com “enfermidade”, pois o enunciado fica aberto sem discriminar se a enfermidade é a própria saudade ou se estaria o monarca acometido de um outro mal. E a quadra seguinte não esclarece, já que a saúde desejada é desejada para enobrecer a humanidade com sua “mente”, que, ao que parece, naquelas circunstâncias, não é suficiente para oferecer nada de digno à pátria e à família, senão “cruelmente”. De um modo ou de outro, a pátria e a família são os objetos de devoção daquele sujeito que se quer melhor do que se apresenta. Levando em conta que não podemos, mesmo à custa de grande esforço intelectual, separar aquele sujeito poético da figura do imperador, o patriarca exerce sua função duplamente, junto à família e junto à pátria. Aliás, só o faz junto à pátria porque a concebe como extensão da família que governa e representa, assim como só o consegue junto à família porque a considera como núcleo irradiador e representativo da pátria que sustenta e controla.

A ideia consoladora é, afinal, a de que vai voltar para melhor amar os parentes e súditos – tal como informa a terceira estrofe –, e amando-os, consolá-los – consoante a quarta estrofe. Ora, se a volta justifica a hipótese de um amor melhor, quer dizer, então, que eles (os parentes e súditos) não estão sendo tão bem amados assim. Mais, se além de amados, eles também

precisam ser consolados é porque a sua sorte está um tanto comprometida. O raciocínio lógico que os versos incitam poderá ser melhor averiguado defronte de outras modalidades discursivas daquele sujeito lírico, que está coberto pelo manto do imperador, quais sejam, sua correspondência com o barão de Cotegipe e o seu diário, para termos uma ideia mais precisa dos conflitos que permeavam o universo daquele homem público que nunca deixara de ser público, nem mesmo na intimidade, nem mesmo na subjetividade.

Daí dispormos de uma subjetividade diferenciada, que é pública incondicionalmente, que é pública diuturnamente e que desde seu nascedouro, antes de ser subjetividade, já era pública. Interessa, pois, investigar em meio a tamanha publicidade algo que possa ser daí depurado e que se aproxime de subjetivação inerente ao âmbito privado. Se não for possível, teremos chegado a um ponto obscuro em que a subjetividade se faz, por excelência, um objeto de culto público e que, por isso mesmo, não precisaria mais do âmbito privado para se sustentar. Sua justificação já se esgotaria no público, de que é parte e se constitui. Antes de aventar maiores hipóteses, leiamos outro poema, cujo objeto de afeição não é ambíguo como no poema anterior, mas preciso e explícito: os seus netos que trouxeram a lume suas composições e, portanto, são de domínio exclusivo de sua família, como se vê.

A meus netinhos, impressores de meus versos

Versos feitos por mim na mocidade
O mérito só tem do sentimento
Eram, pra assim dizer, um instrumento
Mais do que o prazer ecoando-me a saudade.

Pospondo a fantasia sempre à verdade
Melhor encontrei nesta o ornamento
E, no estudo apurando o sentimento,
Quanto tenho a saber disse-me a idade.

É isso o que vos quero eu ensinar
Amando-vos qual pode um terno avô,
A quem para suas câs engrinaldar

Melhor só poderia o que eu vou
Em carícias tão vossas procurar,
Sentindo que de vós inda mais sou. (ALCÂNTARA, 1932, p. 33)

Ora, considerando que a escrita deste poema se deu em decorrência da coleção e publicação das *Poesias de D. Pedro II* pelo *Correio Imperial* nos idos de 1889, quando ele ainda estava no trono, cumpre assinalar que estamos diante de um objeto literário singular cuja escrita tem como anteparo um fato específico que foi a solenidade de publicação dos poemas do próprio autor, o imperador. Trata-se, pois, de um poema cuja produção está condicionada pelo evento, que se fez um fato literário naquela solenidade e que, por mais que se restringisse a um público circunscrito aos limites da corte, se tratava de um evento da família real para seu chefe maior, o chefe do Estado. Ou seja, mesmo quando o ambiente imperial se pretendesse restrito às fronteiras do palácio, ainda assim tudo quanto lhe dissesse respeito se fazia um ato público que, por sua vez, se convertia em evento nacional. E é sob tais circunstâncias que devemos ler e tentar compreender os versos de Pedro de Alcântara, que, mesmo apresentando uma matéria de composição voltada para o interior de sua família – sendo real –, só podia existir como fenômeno público, que pede e às vezes exige publicidade.

Convém perguntar, todavia, qual o interesse em mostrar e exhibir um imperador já alquebrado pelo tempo com alguma ternura no seio familiar, posto que admirado e devotado aos netinhos. Se atentarmos à data da publicação, deduziremos algumas respostas, pois os ventos do ano anterior (1888) trouxeram a brisa abolicionista, às vezes contaminada pelo vírus republicano, impiedoso e implacável. Sendo estas as circunstâncias, nada mais oportuno do que ilustrar e referendar publicamente a humanidade da família imperial, que era alvo das mais desabridas acusações. Diferentemente do início da década anterior, quando o genro de D. Pedro II, o conde d’Eu, foi engrossar as fileiras do exército brasileiro na Guerra do Paraguai, provocando inclusive alguma desestabilização entre os militares que não eram concordes quanto à presença da realeza em campo de batalha, ainda mais para lhes ditar ordens. Mas naquele momento era necessário mostrar a virilidade da família real e o momento agora era outro. O momento agora era o de fazer poesia e a poesia saltava por todos os lados naquele 1889 desassombrado e trágico.

Cumpre registrar, ainda, que desde o início do segundo semestre de 1887 a quase o término do primeiro semestre de 1888, o imperador esteve em viagem ao exterior, passando pela Alemanha, França e Itália, onde caiu doente. E como alento nas horas vagas de sua recuperação, dedicava-se às traduções e composições que enfeixam o volume que é apreciado por agora.

Mas não era somente para fugir às perseguições políticas incompatíveis com seu estado físico que ele tinha ido ao estrangeiro; tampouco era só para alimentar o seu ócio produtivo que ele voluntariamente se exilava à espera da calmaria política nas terras brasileiras. Ao contrário, mesmo quando estava no exterior, o monarca se sabia um homem público e fazia uso disso. O exemplo é que apesar dos vagares da sua convalescença e da poesia, dedicou-se a algumas visitas acadêmicas (de ciências e de letras) com o propósito de implantar algumas inovações no Brasil, tal como está registrado no volume 27 dos seus diários, que descreve momentos daquela viagem entre 1887 e 1888, conforme se segue:

Na sessão da Academia de Medicina de 28 o Dr. Le Fort ocupou-se da profilaxia da sífilis e sustentou ainda a necessidade de regulamentar a prostituição e para evitar os abusos na inscrição quer que esta dependa do Juiz. Enfim tudo me convence mas que só os meios morais são verdadeiros e portanto eficazes. (ALCÂNTARA, 1999, p.83)

Não deixa de ser curioso que um imperador de vida afetiva e sexual tão recatada tivesse tamanho interesse em doenças venéreas e na regulamentação do meretrício. Seu pai, que tinha vida muito mais agitada, não parece ter se ocupado com o assunto. De todos os modos, os ventos que sopravam nos bravios mares americanos não podiam ser acalmados com a sua diletância europeia. E como o exercício do seu poder moderador conseguia às vezes desagradar liberais e conservadores, agradando a um grupo político, desagradava a outro e agradando a este, desagradava àquele. E nesse jogo de desagravo mútuo, o jogo político fazia com que o monarca perdesse de vista aquilo que, ocasionalmente, servisse ao bem comum e público, tal como Joaquim Nabuco reclamou às vésperas de sua viagem ao exterior no seu opúsculo já distante, apesar de ainda bem atualizado, mais de um século depois de sua publicação inicial em 1886, sob o título de “O erro do imperador”, cuja tonalidade do discurso segue em amostragem.

Nem o imperador, nem sua família, distinguem entre partido conservador e monarquia. [...] Entretanto monarquia e partido conservador são forças não só diferentes, mas muitas vezes opostas. Os inimigos de uma instituição são, em sentido vulgar, os que a combatem, mas, em sentido exato, os que a destroem. O parasita está longe de ter ódio, deve ter mesmo amor, ao organismo que o alimenta e que ele arruína. A monarquia não pensa viver sem o Partido Conservador, o Partido Conservador sabe que pode viver sem a monarquia. Em todo mundo vão-se os soberanos e ficam os partidos. É duvidoso até que a forma monárquica seja a forma conservadora. A forma conservadora é a oligarquia, da

qual a realeza é instintivamente inimiga. O imperador, porém, está convencido do contrário e surpreendê-lo-ia muito quem lhe dissesse que se amanhã viesse a República, os primeiros republicanos seriam os conservadores, porque a República seria o fato consumado, que eles adoram; a força, que eles veneram; os empregos e as posições. (NABUCO, 2010, pp.163-164)

É sob tal dilema – digno de um rei Lear – que Dom Pedro II parte para Europa e o vaticínio de Nabuco tem a força de uma profecia: a adesão dos conservadores à República foi massiva, avassaladora e determinante para a queda do império. Não estranha que o discurso de Medeiros e Albuquerque seja tão frontalmente hostil ao imperador, porque interessava a todo republicano apagar os traços do reinado que ainda perdurasse residualmente no novo sistema de governo, para dar a entender que o novo nada tivesse com o anterior, a menos que se considerasse a figura de alguns republicanos de ocasião que tinham sido conservadores por título, mérito e por formação.

A reclamação de Joaquim Nabuco tem, afinal, como medula discursiva, a acusação de que a subida do Gabinete Conservador trouxera alguns dissabores ao império, mas não só; e que as concessões do imperador traziam consigo o germe da traição monárquica, mas não só. Daí adveio a precipitação do Abolicionismo, mas sem sua contraparte à proletarização e sem o comprometimento dos grandes proprietários de terra – em sua maioria conservadores – com os desígnios sociais do país, deixando a mão-de-obra que lhe servira completamente à deriva, para ser dispensada sem ônus nenhum e para que eles pudessem investir na importação da mão-de-obra oriunda da Espanha, Itália, Alemanha, Polônia e Japão. Por outro lado, também não houve nenhuma indenização aos proprietários que, de repente, se viram desprovidos de suas posses – em sua maioria proprietários de menor porte, identificados com o império.

Neste contexto, a força do discurso republicano se impôs não só através da ignorância e depauperação da herança imperial em que Medeiros e Albuquerque se pauta, mas também pelo apagamento das marcas escravistas com as quais o império era identificado. Daí adveio uma série de justificações racistas, a exemplo da do Conde de Gobineau, que não tiveram eco no Brasil imperial, mas que veio a vigorar com grande força na primeira República, quando o branqueamento social se torna um imperativo categórico. No entanto, é preciso frisar que outra era a perspectiva imperial para com os negros, a despeito do regime escravocrata, do qual a coroa não conseguiu se libertar, senão às custas

da própria cabeça. Houve, todavia, tentativas de lidar com a emancipação dos escravos e que partiam do próprio imperador, tal como está registrado em carta ao barão de Cotegipe de 11-11-1885.

Sñr Cotegipe,

A redação que proponho é a que julgo exprimir claramente meu pensamento. Continua-se a anunciar a venda de escravos de 60 e mais anos, e eu não posso deixar de concorrer com o ministério para que o regulamento seja bem claro neste ponto, de modo a evitar que homens livres sejam tratados como escravos. (ALCÂNTARA, 1933, p. 259)

Claro está que, considerando a data da missiva, a lei dos sexagenários já estava em vigor, apesar de não ser cumprida por todos, ainda que à revelia do imperador. Ora, só quem podia infringir aquela lei era quem dispunha de escravos de longas datas e só quem podia afrontar a figura imperial era quem dispunha de títulos e cabedais para tanto. Não estranha, a partir disso, que o perfil do imperador parecesse tão incompatível com a classe dominante, estivesse no parlamento ou no comércio, fosse liberal ou conservadora, chamasse luzia ou saquarema. Por incrível que pareça, o imperador era simpático mesmo àqueles que se defrontavam a seus interesses ou princípios, desde que o fizessem sob a tutela do conhecimento e da civilidade, tal como pode ser ilustrado pelo tratamento devotado ao conde de Gobineau, ministro da França no Brasil e divulgador explícito de ideais racistas, tal como se vê em cartas ao mesmo barão de Cotegipe de datas anteriores, quais sejam: 19-02-1869 e 9-3-1869, que transcrevo em ordem cronológica.

O novo Ministro da França o conde de Gobineau, que talvez chegasse hoje no paquete de Bordéos é-me recomendado, e conheço-o por suas obras literárias. Se ele quiser ver-me antes da recepção oficial, com muito prazer lhe falarei amanhã às 6 da tarde ou no domingo às 11 da manhã ou às 6 da tarde. (ALCÂNTARA, 1933, p. 59)

Ou ainda:

Consta-me que chegou Mr. Gobineau Ministro da França e que traz livros para mim. Ele pode falar-me amanhã no Paço da cidade às 2 horas da tarde. (ALCÂNTARA, 1933, p. 89)

Afora o encargo diplomático que obriga alguma ponderação no trato com os representantes de outras nações, o fato de a outra nação ser a França certamente despertava algum interesse no imperador, que nutria

simpatias e contatos com as academias francesas, fosse de Ciências, de Medicina ou de Letras. Mas o padrão de civilidade se aguçava quando se tratava de um dos próprios membros daquelas academias, cuja atuação diplomática ganhava relevo pela produção literária, como o próprio imperador disse. É, pois, este padrão de civilidade que vai ser a marca registrada do segundo império e também a causa de sua ruína, como bem observou Gilberto Freyre. E embora o antropólogo pernambucano tenha sido usualmente associado a discursos regionalistas, quando fala do imperador é de uma lucidez assombrosa, o que dá a entender que seu regionalismo não estivesse na contracorrente do nacionalismo.

Curiosa surpresa, a de Pedro II, depois de Pedro I. Depois de Pedro I, todo instinto, todo volúpia de mando, mal sabendo ler, mal sabendo escrever, voz malcriada de capitão de brigue, boca em bico de prógnato, bochechas de quem sopra corneta, perfil agudo de sátiro – Pedro II, esquivo não só aos brilhos mais vivos da ação como nos gestos mais galantes do amor; desdenhoso do poder, embora desde cedo com algum instinto de mando; voz de menino aos cinquenta anos, rosto de avô aos 25, livresco desde os oito; e aos 11 ou 12 mais sabedor de francês, de geografia, de latim, de aritmética que o seu livre e agosto pai. (FREYRE, 1987, pp. 118-119)

Mais do que afirma o vulgo de que filho de peixe sabe nadar, a comparação entre os dois Pedros serve para dar a dimensão da tradição familiar que encerrou nossos imperadores e como cada um deles reagiu às suas circunstâncias com motivações e limitações que os fizeram mais ou menos simpáticos, mais ou menos pragmáticos. No caso de Pedro II, Gilberto Freyre exalta sua cultura beletrista e livresca, com o que tem de bom e de ruim ao exercício do poder, já que a habilidade com o conhecimento nem sempre é compatível com a desenvoltura da ação.

Decerto foram muitas as ocasiões em que Pedro II se viu isolado no livre exercício do mando, mas sem as condições necessárias para fazer valer sua vontade perante uma nação ainda incipiente onde a observação dos procedimentos era precária, quando não inadequada. E não havia mais espaço para repetir as arbitrariedades do pai, por mais que lhe estivessem acessíveis. Outra é a sua condição e outra haveria de ser a maneira de governar os desígnios do país, até para não precipitar sua condenação ao exílio, tal como acontecera com o Pedro pai e o Pedro filho não conseguiu evitar que o mesmo acontecesse consigo próprio, ainda que lançando mão de outros procedimentos e condutas diversos dos de seu genitor. E a pretexto de não cometer os mesmos equívocos de seu pai, acabou por

exagerar nas tintas, nos timbres e nas tonalidades que se opunham aos de seu antecessor, o que não deixou de levar seu governo a uma obscuridade semelhante, consoante a ótica gilbertiana.

Pedro II fez-nos na verdade mergulhar no mais inestético dos puritanismos; exagerou-se na tirania moral para falhar na estética ou no ritual do poder. [...] Dom Pedro II foi o primeiro a desdenhar a coroa; e a apresentar-se de sobrecasaca e de cartola preta aos olhos do seu povo, desejoso de um governo não só paternal como majestoso. [...] Daí o estado de **anomia detestável** em que viveu o Brasil dos últimos anos do segundo imperador: maiores e tenentes positivistas – filiados ao sistema filosófico da ordem e da autoridade – é que se revoltam contra a ordem e a autoridade como se lhes competissem iniciativas políticas. A *Pedro Banana* – o nome do imperador nas caricaturas dos jornais – opõem o *Marechal de Ferro*, cuja imagem de soldado forte, de senhor de engenho rústico, de caboclo macho do norte, corresponde a certa tradição brasileira – tradição do homem brasileiro do povo – amiga dos governos de senhores poderosos, de caciques resistentes e astuciosos, de patriarcas duros e ao mesmo tempo paternos no exercício do mando. (FREYRE, 1987, pp.111-113)

Entre o gosto pela sobrecasaca e pela cartola, temperado pela insistência na hesitação do mando e pela falta de voz ativa, o segundo imperador criou em torno de si uma mística do poder incompatível com as expectativas de seus súditos, que, por mais que se dissessem desejosos da cordialidade e da civilidade, ansiavam por um rei montado a cavalo, de cetro em punho e coroa na cabeça. Daí a figura mais próxima desse centauro de botas e bigodes ter sido encontrada em Deodoro e, depois, em Floriano, que encarnaram a autoridade não só em representação social, mas também na virulência física com que aquela República combateu e reprimiu os seus opositores e dissidentes, independente de partido, credo ou gênero – tal como se viu no episódio de Canudos.

Muito diferente era o tratamento devotado aos súditos de Pedro II, estivessem ou não a seu favor, estivessem ou não a seu lado. Mesmo os seus opositores, mesmo os seus detratores, mesmo os seus caricaturistas eram tidos e lidos com benevolência e complacência pouco comuns para quem exerceu o poder em terras brasílicas. Não estranha que a imprensa da época fosse tão pródiga em caricaturas e críticas, às vezes injustas, a seu governo e à sua figura. Muito outra haveria de ser a política e a diplomacia reinantes que se impunham a partir dali e não custa reprisar as motivações que levaram à sua derrocada segundo o seu observador social.

No meio dos livros, Pedro II perdera de vista o Brasil: um Brasil que o queria não de cartola mas de coroa; e marcial, paternal, litúrgico, em relevos de ação.

Um Brasil que o queria mais para o ver de cetro, reinando a cavalo, como um São Jorge de verdade, do que para lhe ouvir os discursos e as frases de censor moral, de Marco Aurélio medíocre, de literato de terceira ordem. (FREYRE, 1987, p. 123)

É a incapacidade, o receio ou as instâncias de não cumprir a ritualística do exercício do poder que leva o nosso segundo imperador a seguir uma *via crucis* não menos trágica que a de seu pai, que caricaturou à exaustão o exercício do mando, mais do que o do poder. A solução pálida de um imperador ilustrado nos trópicos parece descabida às necessidades de seu tempo e do seu espaço. A incapacidade de ser beatificado em vida sobre o seu cavalo é simétrica à incapacidade de ser consagrado à sua biblioteca, em meio a livros insossos e talvez desnecessários à sua função. O imperador como intelectual mal consegue ser poeta e, quando o consegue, sai um poeta ruim. Somente sob uma visada muito compreensiva e generosa – como a de Gilberto Freyre – viria a ser um literato de terceira ordem, mas só pelo efeito da generosidade.

Ainda assim, impõe-se lustrar o seu perfil literário que, circunstancialmente, foi esculpido com um cinzel tão impiedoso, que nos impede de visualizar sua figura, a qual apesar de todos os pesares, não deixa de nos representar socialmente. E na medida em que tal representação não pode ser depurada de sua poesia, mesmo que tomada como literatura de quinta categoria, ela vem a nos interessar, porque é esta que nos representa, com toda a sua precariedade e todos os seus limites. Quer queiramos ou não, Pedro II foi o governante que por mais tempo exerceu o poder entre nós. E se o século XIX hoje se nos afigura um tanto distante, foi o século de nossa emancipação política, econômica, social e cultural, a tal ponto que nos legou movimentos literários como o nosso plural e multifacetado romantismo e a figura excepcional de Machado de Assis. Não é possível ignorar, portanto, que alguns de seus ecos chegam até os nossos dias, sob mediação da história ou da literatura e, às vezes, conjugando ambos os domínios, tal como se pretende aqui.

Com efeito, menos do que louvar ou denegrir o perfil do imperador, interessa assinalar o valor moral e estruturante que podemos apurar através de seus versos, a despeito da antipatia que despertou nos republicanos de primeira hora, para a qual o prefácio de Medeiros e Albuquerque é uma doce amostra. Interessa fazer este exercício de leitura sobretudo porque, ao abrirmos mão de seu poder representativo, não encontramos um substituto imediato e nem à sua altura, se considerarmos o seu peso

histórico. Com isso, insinua-se com mais força a possibilidade de afirmação de sua figura, através de sua subjetividade, uma vez que, excluindo o sujeito do imperador, ficamos todos um pouco órfãos e sem parâmetros para repudiar ou reproduzir o modelo institucional, que é político, mas não exclusivamente, pois é também simbólico. Não estranha que o alvo dos movimentos literários do século XX tenha se voltado para o exterior e quando voltado para o interior, no máximo, só consegue alvejar as figuras de Rui Barbosa e Olavo Bilac, que pareciam ser os nossos melhores representantes literários e civis de uma República que nasceu sob o signo e o estigma do militarismo. Com isso, o que se percebe é que a violenta disjunção social, que se converteu em violência física através da repressão republicana, não ofereceu nenhum correlato objetivo e imediato à perda da representação social e simbólica que a queda do império nos legou.

Por outro lado, a figura imperial que se esmerava em fazer de si um objeto público, passível de culto, como poeta, teve de se resignar à sua condição privada, não mais apreciada em sua dimensão pública. A falta de publicidade que aquela figura adquiriu após sua queda, necessariamente, haveria de repercutir na representação pública de nosso maior governante, bem como na subjetividade dos brasileiros que, quer simpatizassem ou não, deveriam tomá-la como modelo de representação. Quando a dimensão subjetiva do imperador é grafada em versos, interessa-nos sobremaneira, porque permite sua observação sistemática, como se pudéssemos apalpá-la e sentir seu cheiro. Uma vez que o reconhecimento de seu valor representativo se faz um ato necessário e involuntário, quer queiramos ou não, aceitar tal condição de sua figura contribui para iluminar o passado brasileiro e algo que afetou, ou ainda afeta, a nossa sensibilidade. Falar de Pedro de Alcântara é, por conta disso, algo que nos impele a pensar sobre a subjetividade forjada na família real brasileira e, ocasionalmente, o que daí respingou no que se quis ou se queira como subjetividade nacional. Obviamente, tal exercício só será possível se aceitarmos que há algum vínculo entre o Oitocentos e o Novecentos brasileiros, quando nossa emancipação cultural se consolida e, supostamente, o que se entenda como subjetividade brasileira também.

Para tanto, é necessária a aceitação de uma perspectiva histórica, que demanda alguma especulação acerca da subjetividade de nossos poetas, a fim de que encontremos algum traço comum entre eles que possamos adjetivar de “brasileiro”. Nesta linha de raciocínio, a subjetividade poética de Pedro de Alcântara pode contribuir com algo específico, já que dispõe de

um complexo de informações, que, confrontadas entre si, dão a dimensão do homem que foi e da representatividade social e literária que adquiriu. A subjetividade móvel e flexível do imperador, que deveria ter um corpo físico e outro místico, se oferece como um diferencial, porque já traz consigo as dimensões transcendente e histórica de modo explícito. Daí podermos dispor de um exemplo, cuja inscrição histórica se dá de antemão e, por isso, interessa assinalar aquela subjetividade, por mais precária que se nos pareça. Sob tal visada, a mediocridade daquelas composições não depõe contra sua poesia, mas, ao invés, antes disso reforça a exposição daquela subjetividade circunstanciada historicamente.

Se nos dias atuais incomoda a publicidade que a vida privada adquiriu, com a conseqüente repercussão na subjetividade, Pedro de Alcântara se oferece como um exemplo em que vida pública e privada se imbricam a ponto de se confundirem e, assim, ele se faz um objeto de representação poética e social. Urge aduzir que aquela subjetividade já era pública de antemão em virtude de se tratar da figura imperial, por excelência, que se fazia pública, mesmo nos atos mais íntimos, particulares e circunstantes, tal como o foi por ocasião da publicação de seus poemas. E aqui convém reforçar na poesia um expediente que ela oferece, qual seja, o de permitir o esmiuçamento objetivo do sujeito que a produz, mais do que qualquer outro registro gráfico, o que ganha grandes proporções no discurso que flagramos nos interstícios dos versos imperiais. Seu autor pode, por isso, dar alguma contribuição para o entendimento do que se queira como subjetividade contemporânea, não por ser deste tempo, e sim por ter vivido conflitos semelhantes outrora. Conflitos que não podem e não devem ficar circunscritos ao âmbito da poesia, mas que ali, naqueles versos, estão gravados e nos dão acesso a alguns outros, em meio aos quais o achatamento da subjetividade parece ser o mais interessante, ao menos por agora. Com isso, fica a certeza de que a poesia é um ótimo ponto de partida para acessarmos a subjetividade, mas que ganha relevo quando a concebemos aberta para estabelecer pontos de contato com a história, que também interessa vivamente, porquanto nos representa e afeta.

Aliás, é bastante curioso e sintomático que Medeiros e Albuquerque, em seu precioso prefácio, só se refira ao poeta apreciado como “o imperador” ou “D. Pedro II”, como se ele não pudesse ser identificado como sujeito particular com prenome e sobrenome. Conforme seja, podemos entender que o epíteto e o cargo são mais importantes e, conseqüentemente, determinantes da subjetividade focalizada, do que os possíveis conflitos

que aquele indivíduo vivenciou e sofreu. Ou melhor, os conflitos daquele indivíduo só devem ser considerados na medida em que atingirem a figura pública que lhe serve de suporte. Acresce ainda que o sujeito poético acionado não dispõe de nenhum aparato teórico que possa lhe servir de esteio, por se tratar do imperador que não é reconhecido como autor literário pela nossa tradição crítica e, por conseguinte, não é permeável a uma leitura estritamente literária, já que seus versos – independentemente das circunstâncias de publicação – nunca deixaram e nem deixarão de ser os versos do imperador. Trata-se, portanto, de um objeto literário que, pela sua própria condição, se faz mais pela sua circunstância histórica, do que pela sua feição formal. Isso posto, interessa especular até onde este objeto histórico pode ser literário e até onde o sujeito social do imperador pode se converter em sujeito lírico, passível de representação. Acionar tal dilema só é possível devido à sua inscrição histórica e social, sem a qual ele não se tornaria este sujeito singular que, por ora, se converte em objeto de nosso interesse. Pensando nos termos da contemporaneidade, não consigo imaginar ninguém que em alta e viva voz bradasse “o meu cargo sou eu”, ou seja, se a subjetividade passa a ser uma reivindicação incontestada para todos os indivíduos, seria necessário cogitar no contrafluxo até onde os sujeitos cantados e decantados são permeáveis e atravessados pelas funções públicas que exercem. Neste particular, Pedro de Alcântara se oferece como uma ótima amostra do problema e sua condição passa a ser, de fato, exemplar.

Em contrapartida, quando estava no exterior, o segundo imperador do Brasil só assinava sob a grafia de Pedro de Alcântara, como bem observou Lilia Moritz Schwarcz (1999, p. 33). Essa sua obediente e condicionada compulsão pela assinatura pessoal em terra estranha talvez sinalizasse uma vontade de se despir do cargo e de suas funções, o que, aliás, já está indicado numa resistência em se cobrir com o manto imperial, o que nos leva a crer que Pedro de Alcântara não ficasse tão à vontade debaixo daquela indumentária. Sendo monarca, o exterior era a circunstância que o imperador dispunha para se assumir como Pedro de Alcântara e como Pedro de Alcântara ele se assinou o quanto pôde, inclusive porque não podia sê-lo e fazê-lo em sua própria terra. Ainda que continuasse a responder, diplomática e civilmente, pelo seu império tropical, quando estivesse de passeio pela Europa ou pelos Estados Unidos, aqueles lugares se afiguravam como circunstâncias em que a hipótese um tanto remota de ele ser uma pessoa com nome próprio era factível. E se a nomeação

é também uma das funções da poesia – que cria um universo próprio –, o imperador tentou criar um sujeito a partir de sua função, não só para responder às necessidades alheias, não só para encenar o teatro de sua família, mas, sobretudo, para descobrir algo de si mesmo, a partir de si mesmo. Também por isso a bibliografia deste artigo o identifica pelo seu nome, já que parte de sua proposta é a intenção um tanto vaga de especular algo acerca daquele sujeito. Também por isso, ao longo do artigo se tentou equilibrar as menções a seus epítetos e a seu nome próprio, uma vez que há uma flagrante tensão naquele sujeito que oscila entre suas vontades e as determinações de sua função imperial. E se não temos uma resposta clara e precisa para o dilema, já sabemos que o nosso imperador se oferece como um registro histórico que, posto dentro de uma garrafa, lançado ao mar de nossas impressões circunstantes e parciais conjuga, através de sua subjetividade, o espaço público e o privado, singularmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Medeiros e. “Prefácio”. In: ALCÂNTARA, Pedro de. *Poesias completas de D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1932. pp. 5-20.
- ALCÂNTARA, Pedro de. *Poesias completas de D. Pedro II*. Coleção e organização Medeiros e Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1932.
- ALCÂNTARA, Pedro de. *Cartas do imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. Organização e notas Wanderley Pinho. São Paulo: Editora Nacional, 1933.
- ALCÂNTARA, Pedro de. *Diário do Imperador D. Pedro II*. Organização Begonha Bediaga. Pertrópolis: Museu Imperial, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Introdução e esboço biográfico”. In: ALCÂNTARA, Pedro de. *Diário do Imperador D. Pedro II*. Organização Begonha Bediaga. Pertrópolis: Museu Imperial, 1999. pp. 31-54.
- FREYRE, Gilberto. “D. Pedro II, imperador cinzento de uma terra de sol tropical”. In: *Perfil de Euclides e outros perfis*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1987. pp. 115-132.
- NABUCO, Joaquim. *Diários*. Organização, prefácio e notas Evaldo Cabral de Mello. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2006.
- NABUCO, Joaquim. “O erro do imperador”. In: NABUCO, Joaquim. *Essencial*. Organização Evaldo Cabral de Mello. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp.163-180.